

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 28500 RS. POR TRI-
MESTRE (13 NÚMEROS) E VENDE-SE CADA
FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABBADO 23 DE OUTUBRO.

MARANHÃO TYPOGRAPHIA DA TEMPERAN-
ÇA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA
RAMOS, NA RUA FORMOZA CASA N.º 2.

EXTERIOR.

HESPAÑA.

Londres, 25 de agosto de 1847.

Terrível conspiração se trama na Hespanha. Certo que é impossível prestar prompta ou implícita fé a todos os pormenores de um plano tal, como esse que foi hontem referido na nossa correspondência de Madrid, e que ora alternadamente assusta o povo hespanhol pela sua aparente conformidade com as prophecias e predisposições, ora repelle a crença pela sua intrínseca enormidade. Que a explosão predita das minas e rastilhos de pólvora do estio passado espantasse actualmente a Europa pela sua denotação dentro em doze meses,—que a peior das preedições se verificasse por uma catastrofie tão rápida,—que no meio do século XIX se concertasse e executasse uma conspiração para mudar a sucessão de um trono por meios mais perversos e resoluções mais atrevidas do que se teria ousado empreender nos dias de Eduardo IV e de Luiz XI—e que tudo isto se levasse a efeito aos olhos da Europa, fitos sobre todos os passos successivos da referida conspiração, e dirigida deliberadamente a atenção da nação interessada para as suas consequências—são contingencias que constituem um acontecimento tão notável, quo não maravilha, se a Hespanha hesita entre a credulidade e a indignação, ou que os animos mais tranquillos dos Ingleses fossem quasi igualmente incapazes de pronunciar-se sobre a crise. A conclusão que as circunstâncias sugerem, repelle a caridade instintiva. Proclamou-se altamente nessa fatal estação do anno passado; que o único fim dos casamentos era transferir o trono da rainha D. Isabel e o domínio da Hespanha para o marido da sua irmã mais moça; e actualmente já se refere que o ministerio de Madrid está prestes a declarar a sua SOBERANA incompetente para reinar e a recomendar ás cortes a regencia do par MONTPENSIER!

Na verdade, não ha encobrir ou disfarçar os factos já consumados. He mais que certo, que o casamento do estio passado, que a despeito de todas as sugestões de decencia e honra, foi imposto a uma rainha ultrajada por aquelles mesmos que eram mais obrigados a proteger sua innocencia e a promover a sua felicidade, tem redundado no peior de todos os males que foram prophetados de suas tendencias. Uma real senhora foi lançada de uma fonte legitima de protecção e de gozo para um lago attractivo que foi armado para sua especial appreheension. As rosas intenções, quando commetteram um

suas faltas teem sido animadas, aggravadas e publicadas. Os seus amigos e parentes teem sido seduzidos ou arredados do seu lado. Os seus naturaes protectores, depois da pôrem no mão caminho, abandonaram-na errante. Seus jurados conselheiros estão pelos interesses do seu inimigo. Sem um amigo ou conselheiro, a rainha de Hespanha D. Isabel ora se acha no palacio de Madrid sem protecção nem assistencia, prestes a ser despojada da herança de seus antepassados com meiguices e promessas de independencia, ou obrigada com ameaças a trôca do seu direito de primogenitura por um repouso momentaneo.

Que tal he a situação de uma soberana europea,—que ella tem sido effectivamente privada dos antemurales e recursos que devem de cercar a magestade de uma rainha, abandonada sem mais defensa contra as machinações de qualquer intrigannte possivel do que aquella que pôde achar-se abrigada, mas invisivel na animada lealdade dos Castelhanos—esta fôr de toda a questão ou duvida. Ao tempo em que isto escrevemos, tal he o verdadeiro estado dos negocios da Hespanha, e a indefinida expectação de alguma catastrofie decisiva ganha terreno com rapidez. He certo que a esplanada está corada, e he natural esperar que as fortificações já estejam derribadas e a fortaleza escalada. Se exprimimos a nossa incredulidade na imminencia de um tal perigo, he porque não podemos chegar a attribuir a monarca, ou povo algum civilizado a direcção, ou consummação de uma conspiração contra os direitos de uma rainha, e a independencia de um vizinho, que envolveria a fatal e completa verificação de todas estas suspeitas.—D. Isabel II fôr constragida a uma união tão extraordinariamente repulsiva que a tem levado a um comportamento de tanto descredito para si mesma como para o seu reino. Assente-se que taes espectaculos devem de ser suspensos, e que a voz do seu povo e o credito da christandade exigem a sua cessação. Proclamar sobre isto, que em vez de separar-se de um consorte mal assorti e empurrado,—em vez de livrar-se da violencia que induz a sua extravagancia—em vez de desligar-se de laços que a decencia condena—deva ella ser privada sumariamente de um trono que fôr compelida a deshonrar, a instancias e em proveito daquelles que lhe impuzeram a compulsaõ, seria um juizo tão atras e iniquo, que nenhuma experencia nos induziria a crer que uma nação o sugerisse, e outra o aceitasse. Tal censura qual já lhes tem cabido chamaram sobre si o rei dos Francezes e os seus ministros. Elles se espozaram á natural imputação de deshon-

acto deshonroso. O casamento da rainha de Hespanha fôi uma medida a mais injustificavel, fossem quaes fossem os motivos—não era de admirar que se lhe atribuisse o peior. Os passos successivos, que teem firmado o seu isolamento e abandono, saõ dignos da mais severa reprovação, fossem quaes fossem os fins propostos—não era de admirar que se suspeitasse o peior. Porém, que os promotores destes concatenados movimentos confirmem agora todas as anteriores imputações, verifiquem todas as suspeitas passadas, adoptem e reconheçam todo o tecido de imputadas iniquidades, e aceitem a responsabilidade de todos os crimes arguidos, por um facto de tanta enormidade, como é o de destronar-se uma rainha e usurpar-se um reino, he uma conclusão quo envolve tal extravagancia de crime, que bem se nos pôde perdoar o suspendermos o nosso assenso.

Todas as pessoas solicitas pela tranquillidade da Europa, ou pelo credito do século estimaraõ bem, que a situação, a que tem sido reduzida esta infeliz rainha, obtinha a sua devida attenção e seja tratada com salutar cuidado. Certo que já he tempo de que D. Isabel II e seu real consorte cessem de escandalizar o mundo e de ameaçar a paz do continente. Voluntariamente subscrivemos átais solicitações: mas não podemos vêr como o bom senso possa sugerir ou a justiça commun permittir alternativa alguma no remedio empregado. Que S. M. C. nunca devêra ter casado contra sua vontade, he uma verdade muito religiosa. Que os funestos resultados desta união compulsoria devem terminar pela sua dissolução, e que a injustiça deve ao menos ser reparada por um acto de justiça tão prompto quanto possivel seja, são proposições de si mesmas evidentes. Ninguem de fôr das Tulherias, ou do Prado, sustentará que a rainha D. Isabel não casou sem o seu consentimento e a despeito dos mais energicos protestos. Ninguem poderá hesitar em apontar para os meios pelos quaes deveria ser neutralizada uma tal violencia, ainda quando a paciente não fosse uma rainha, nem o poste um trono. De todos os divorcios reais que a historia registra, seria difficil achar um tão rasoadamente exigido pelas circumstâncias e consequencias do contracto original, como este; e será entâo occasião de fallar-se de incompetencia e perda, quando uma joven rainha inofensiva tiver sido aliviada dos injustos grilhões que torturaram a sua vida e entregue aos desapixonados dictames de um espírito quo ignecil, nem vicioso.

(Diário de Pernambuco.)

2 PROJECTO DA UNIÃO DE PORTUGAL
A HESPAÑIA.

Lisboa, 28 de julho.

Antes da apparição de Concha, Men-
dez Vigo e Norzoraray no territorio por-
tuguez, a idéa da união da Peninsula ibe-
rica não passava do um sonho de cérebros
exaltados, que não merecia atenção algu-
ma aos homens reflectidos e circunspectos. O equilibrio das Potencias da Eu-
ropa, as intimas relações da Inglaterra com este paiz, a natural aversão dos portu-
guezes a um jingo estrangeiro, especialmen-
te no de uma nação que em 1640 arrojamos
do nosso solo e vencemos em encarniça-
dos combates, tudo afugentava a proba-
bilidade de se pensar seriamente em se-
melhante plano.

Quando em 1836 o ministerio Passos
mandou a Cadiz o advogado Leonel Tavares Cabral, afim de observar os movi-
mentos dos carlistas que se dirigião à An-
daluzia, o partido cartista atribuiu aos
setembristas a idéa de união ibérica, afim de os desacreditar perante a opinião pu-
blica; e pelo menos obteve a notável van-
tagem de lançar um ridiculo indelevel so-
bre a missão de Leonel Tavares, que fi-
cou tida como inopportuna, inútil e bur-
lesca.

Então já havia na Hespanha muita
gente que acariciava o pensamento do re-
gresso á ordem de cousas de 1580; mas os
obstáculos assomavão tão valentes e
formidaveis, que não permitião uma es-
perança bem fundada á cerca da exequi-
bilidade do projecto. Hoje, forçá é dizê-lo,
a questão tomou outras porpoções.

A guerra civil que se seguiu á rea-
ção de 6 de outubro tem alguma analo-
gia com o desastre de Alcarr-quietir.
A desolação, as ruinas alastráron-se no
paiz; as mortes, os roubos, os incendios
causáron prejuízos incalculaveis. O Dia-
rio do actual governo já declarou que re-
cuámos cincuenta annos, e ainda no nu-
mero de hoje lastima a existencia de em-
baraços que augmentão cada dia, apesar
do termo da guerra civil.

Desde que o governo portuguez so-
licitou ao gabinete de S. Ildefonso um
exercito para acabar com o pronunciamento,
a annexação de Portugal a Hespanha reviveu na mente dos estadistas de
todos os partidos pertencentes ao reino de Castella. Moderados e progressistas
encontrão-se ali perfeitamente em harmo-
nia quanto ao proposito de substituir as
nossas quinas pelos leões ibéricos, e ape-
nas divergem um pouco quanto ao me-
todo de levar a effície a combinação e de vencer as dificuldades que ainda ini-
lítio contra essa annexação.

Apenas entráram no territorio portu-
guez as tropas hespanholas, penetrando por
Valença, por Braga e por Elvas, co-
meçarão os generaes do reino vizinho a
dar os primeiros passos no sentido do ob-
jecto de seus cálculos. Nas proclamações
que redigirão fala-se muito na communi-
dade de interesses dos dous povos, nas
relações quasi de familia que entre elles
existem. A medida que forão avançando
no paiz, não se descuidáron de captar a
boa vontade dos habitantes; e reconhecen-
do que lhes era altamente conveniente não
perder as sympathias da parcialidade mais
numerosa, longe de usarem de violencia
para com os pronunciados, forão exem-
plares em moderação, em deferencia, e

até, como vai ver-se, em fraternização.
Concha, chegando á vista do Porto,
assignou a convenção de Gramido, que
presta as maiores homenagens á Junta, e
que impede Saldanha de entrar no Porto,
pelo menos até que decorra uma semana.
Não contente com isto, escreve para Hes-
panha afim de que os commissários da
junta, marquez de Loulé e Cesar de Vas-
concellos, sejam condecorados com a grão-
cruz de Carlos III ou de Isabel a Católica.
É certo que Concha se dirigio tambem ao quartel-general de Saldanha,
que entrou subsequentemente no Porto ao
lado do duque no dia 7 do corrente, que
assistiu ás suas revistas e nos seus ban-
quetes; mas não deve olvidar-se que a
officialidade hespanhola andou sempre de
gorra com a officialidade pronunciada, e
que nos jantares a que uns e outros as-
sistiram se começou a traduzir em factos
o pensamento reservado, brindando-se em
altas vozes á união de Portugal e da
Hespanha.

No Alentejo, o general Norzogaray
seguiu as mesmas pisadas. Depois de oc-
cupar Elvas, Estremoz e Marvão, sabendo
que em Evora tinha havido algum dis-
turbo entre a tropa e os habitantes, fez
imediatamente marchar para essa cidade
2,000 Hespanhóes, e dispônhæ-se a seguir
com o resto da sua divisão para ocupar
Lisboa, quando recebeu insinuações pos-
itivas do seu ministro D. Luiz de la Torre
Ayllon para não prosseguir, para não com-
prometter imprudentemente as vistas do
seu governo.

Quando Concha se apresentou na ca-
pital, foi friamente recebido pela gente
da situaçao. Sabia-se que vinha expor
ao Sr. Ayllon as suas objecções á con-
venção do Porto e revalida-la em toda
a sua integridade, o que conseguiu em
virtude da carta branca que trazia do mi-
nisterio Pacheco; sabia-se que esta in-
tenção, este empenho de lisongear os pro-
nunciados não era mais do que o seguimen-
to do sistema de aliciação para o
união ibérica, aliciação que em Hes-
panha se conhece assaz que pôde antes pro-
mover-se com a democracia que seguiu
as partes da Junta do Porto, do que com
os sectarios da dinastia em Lisboa. O
governador civil de Lisboa marquez de
Fronteira, o commandante da guarda mu-
nicipal D. Carlos e poucos mais officiaes
se apresentáron a fazer sala ao general
castelhano.

Durante a sua permanencia na ca-
pital, Concha fallou muito na execução
do protocolo, na necessidade da mudança
do ministerio e na conveniencia de aten-
der ás justas reclamações da officialidade
pronunciada. Os officiaes do estado-maior
do marquez do Douro forão mais expli-
citos do que o seu chefe; falláron sem
rebuço com os seus amigos na utilidade,
na vantagem de fazer das duas nações
peninsulares uma grande potencia, e nas
excelentes condições que poderião formu-
lar-se para esse arranjo.

Compre comodo declarar que se li-
mitáron a estas observações, e que não
consta que passassem a combinar desde
já com algum partido nosso o plano para
levar a effície semelhante proposito; nem
se diz que encontrassem nos caudilhos pro-
gressistas um firme e deliberado empenho
de os auxiliar desde já, em Lisboa, no
sentido indicado.

Em Madrid, os jornaes progressistas

Espectador, *Eco del Comercio* e *Chamor publico* advogaõ positiva e formalmente a idéa da annexação. O *Espanol*, ordeiro e orgão de um dos ministros de D. Isabel II, segue, um pouco mais re-
buçadamente, o mesmo acordo; e os pro-
prios jornaes cristinos, *Faro* e *Heraldo*, deixão passar a doutrina e a auxiliaõ, ob-
servando que o exercito hespanhol pro-
cede com a maior habilidade, conciliando-
se a sympathia dos partidos que con-
tao mais adherentes em Portugal.

Os periodicos progressistas querem a
união *incontinenti*, sem delonga e sem
graduação. Exhortaõ o general Concha a
que leve a effície o grandioso pensamento,
a que satisfaga a divina vocaçao dos dous
povos para confundirem a sua naciona-
lidade, para formarem um Estado penin-
sular, que dentro em pouco, pela indus-
tria e pela civilisaçao, reconquiste para
a Iberia a sua posição das épocas de
Carlos V e Philippe II.

A diplomacia britanica não podia fi-
car ociosa em presencia desta demonstra-
ção. De Portugal haviaõ sido expedidas
para Downing Street, em Londres, co-
piosas informaçoes destes manejos; e pelo
que presenceou em Madrid, M. Bulmer
julgou-se autorizado a pedir explicações
ao gabinete de S. Ildefonso ácerca da ten-
dencia que se manifestava, declarando ao
mesmo tempo que o gabinete de S. Ja-
mes naõ consentiria que as tropas hes-
panholas se demorassem em Portugal um
minuto além do prazo marcado para a
sua occupação (dous meses). Não trans-
pira o que o gabinete de Madrid respon-
deu ao de S. James; supõe-se porém que
tratou de tranquillizar a susceptibilidade
de lord Palmerston e de assegurar-lhe que
a Hespanha continuará, como até aqui,
a marchar de acordo com as potencias
aliadas.

O mais curioso é que o *Morning
Chronicle* e alguns outros orgãos da im-
prensa britanica naõ hesitaõ em supor
que o conde de Thomar (Costa Cabral)
é um dos que se prestão a servir ás vis-
tas da Hespanha na questao da annexa-
ção. É certo que esse individuo, coberto
de favores e mercês pela soberana de
Portugal (que naõ só se dignou visita-
lo no seu castello de Thomar, como ser
madrinha de seus filhos), deveria supõr-
se incapaz de trahir a sua bemseitora e
de se aproveitar da posição oficial que
lhe forá dada pela rainha para trabalhar
n'um empenho que teria por consequen-
cia final expelli-la do throno. Mas quando se atende a que Costa Cabral já tra-
hio os democratas que lhe conferiraõ as
possíveis distincções, fazendo gravar o seu
nome em letras de ouro na associação dos
Camillos (1836), elegendo-o deputado, a-
presentando-o commissário do congresso
constituinte junto aos generaes que debel-
laraõ a revolta dos marchaes (em 1837),
e concorrendo finalmente para ser despa-
chado administrador geral do districto de
Lisboa (1838), naõ deve surprender mu-
to que ainda uma vez se torne apostata
político, reconhecendo-se que todas as me-
tamorphoses por que este homem tem pas-
sado haõ sido calculadas para o conver-
ter de simples proletario em opulento ca-
pitalista.

Para mais efficazmente se aplana o
terreno, trata se de fazer publicar em Lis-
boa um jornal, especialmente dedicado a
advogar a união dos dous paizes; e, se

gundo se diz, terá o título de *Iboriz ou de Clamor Publico*. Pelo enquanto ainda se não sabe ao justo quem será encarregado de redigir essa folha; mas não é difícil adivinhar quem tomará a seu cargo o pagamento das despezas e o salário dos redactores.

O trambolho principal, o barranco mais temível que se apresenta a estes projectistas é a Inglaterra. Se Portugal passa ao domínio da Hespanha, e se a Hespanha pôde continuar a ser tutelada por Luiz Philippe, onde irá parar a influência secular que os Ingleses exercem nas margens do Tejo? Como se indemnizará a Grã-Bretanha da perda da sua dictadura neste paiz? *Hoc opus, hic labor est.*

Se a Hespanha dissesse:—Carecemos de Portugal; ali tendes Cuba com as suas riquíssimas plantações de açucar, café, tabaco, couros, mel e madeiras preciosas, com o seu milhão de habitantes, com as suas rendas pingues que sustentam uma esquadra, 12,000 homens de tropa, fazem a fortuna dos governadores, e ainda dão importantes sobras para a metrópole; ali tendes mais as Philippinas com os seus dous milhões de habitantes e profusa do mesmo açucar, tabaco e cacau, com algodão, cereais, especiarias e perolas, com dez cocheitas de seda em cada anno, com o importante commercio com a China; talvez *John Bull* se humanisasse, talvez encontrasse compensação.

Mas não é esta a tencão dos Hespanhóis. Nem uma das Philippinas dão pela annexação de Portugal. Dizem que não estão para ceder das possessões ricas para grangear um paiz pobre e exhausto, que o seu fim na união dos dous paizes é fortificar um pelo outro, conservando-se todos os domínios de ambos, e que para contentar a Inglaterra ha expedientes que não deixarão de merecer a sua approvação. Contendem que, sendo a Grã-Bretanha um paiz essencialmente mercantil, folgará com a união de dous paizes que a natureza parece ter destinado para formarem uma só nação, se a Peninsula inteira por via de um tratado do commercio abrir os seus portos ás mercadorias britannicas, cessando assim a necessidade do contrabando e aumentando-se consideravelmente o consumo das mercadorias inglesas nesta parte da Europa.

Esta compensação nada avulta para o governo britannico. Dos depósitos de Gibraltar e dos da fronteiras de Portugal entraõ no reino vizinho mercadorias em grande abundancia no territorio de Castella. O aumento de consumo que poderia resultar para a Inglaterra da abertura dos portos de Hespanha de modo algum entraria em linha de conta para contrastar a influencia francesa, que, uma vez firmada em Madrid, dominaria do mesmo modo em Lishon, tirando o gabinete de S. James a tutela de um reino que de tanto lhe ha servido nas guerras continentais.

Para Portugal semelhante combinação seria um golpe de morte. Actualmente as nossas alfandegas, situadas num reino que conta apenas tres milhões de habitantes, rendem mais que todas as casas fiscaes de Castella com os seus 13 a 14 milhões de habitantes, por isso que uma boa porção dos despachos saõ de mercadorias que subsequentemente entram no paiz vizinho. Terminando em Hespanha o sistema prohibitivo em matérias de com-

mercio, a par da diminuição dos recursos fabris de Castella, avultaria o maior abatimento do reino de Portugal.

(Continua.)

INTERIOR.

RIO DE JANEIRO.

Despachos publicados por occasião do Baptizado da Sereníssima Princeza a Senhora D. Leopoldina.

ORDEN DA ROZA.

Officiaes.

Dr. João Duarte Lisboa Serra.
O Tenente Coronel d'artilharia Francisco Raimundo Correia de Faria.
Antonio de Souza Ribeiro.

ESTADO MAIOR.

1.º CLASSE

Major graduado.

O Capitão d'infantaria Lourenço Justimiano da Serra Freire.

Capitão graduado.

O Tenente do estado maior de 1.º classe Guilherme Leopoldo de Freitas.

2.º CLASSE

Tenente Coronel graduado.

O Major do estado maior de 2.º classe Joaquim Alves de Abreu Guimarães Picaluga.

IMPERIAL CORPO DE ENGENHEIROS.

Major.

O Major graduado José Joaquim Rodrigues Lopes.

Quarto Batalhão de Fuzileiros.

Alferes—O 2.º cadete 1.º Sargento do 5.º de Fuzileiros Gonçalo de Mattos Roelha.

Quinto Batalhão de Fuzileiros.

Tenente-Ajudante—O Alferes do 4.º de caçadores José Manoel Braga.

Capitão da 4.º companhia—O 1.º Tenente d'artilharia Antonio Juliano Correia de Faria.

Capitão da 5.º companhia—O Tenente de infantaria José Cassiano da Costa.

Capitão da 7.º companhia—O Tenente de infantaria Angelo Baptista Mendes.

Tenentes—O Tenente graduado do mesmo José Luiz Teixeira Lopes; o alferes do 3.º de caçadores Manoel Amancio d'Almeida; o alferes do 4.º de caçadores Sigismundo Nemesio Marrocos de Sá.

Quarto Regimento de Cavallaria.

Capitão da 4.º companhia—O Tenente ajudante do 4.º de caçadores Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá.

CAÇADORES.

Quarto Batalhão.

Major—O major graduado do 5.º de Fuzileiros, Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho.

Tenente—O alferes do 5.º de fuzileiros, Francisco Gonçalves Pereira Lira.
Tenente—O alferes de infantaria, José Sozinho Gaspar.

CORPO FIXO DO PIAUHY.

Caçadores.

Tenente-coronel commandante—O Tenente-coronel de infantaria Antonio Fernandes Padilha.

Tenente-ajudante—O alferes de infantaria Eduardo Joaquim Pereira de Oliveira.
Alferes-secretario—com direito a accesso —O 1.º sargento do deposito da corte, José Marianno de Barros.

Capitão da 1.ª companhia com graduação de major—O capitão de infantaria, Joaquim de Fontes Marinho.

Capitão da 2.ª companhia—O 1.º Tenente de artilharia, Gaspar Valentim Cordeiro.

Capitão da 4.ª companhia—O Tenente de infantaria Alexandre Francisco Augusto.

Tenentes—O alferes do 4.º de caçadores José de Souza Lima, o alferes do 1.º de caçadores Cândido Francisco de Sant'Anna, o alferes do 4.º de caçadores, Joaquim Bezerra d'Albuquerque, o alferes do 3.º de caçadores Antônio da Silva Paranhos.

Corpo de Caçadores do Ceará.

Alferes-ajudante—O alferes do 5.º de fuzileiros Childerico Cicero d'Alencar Araripe.

Tenente-quartel-mestre—O tenente do 5.º de fuzileiros Leocadio da Costa Weyne.

Companhia de Caçadores do Rio Grande do Norte.

Alferes—O 1.º sargento do 5.º de fuzileiros Raimundo dos Santos Lima.

PASSAGEM DOS OFFICIAES DE PRIMEIRA LINHA DO EXERCITO IUNIS PARA OUTROS CORPOS NOS MESMOS POSTOS.

Estado Maior de primeira classe.

O Tenente Coronel d'artilharia—Francisco Raimundo Correia de Faria.

Para o 3.º Batalhão de Fuzileiros.

O Alferes do 5.º de Fuzileiros—Manoel Leandro Rodrigues Moreira.

Para o 5.º Batalhão de Fuzileiros.

O capitão do estado maior da 2.ª classe —Joaquim Belfort Gomes, 1.º companhia.

Para o Corpo Fixo do Ceará.

O capitão do 5.º de Fuzileiros—João Baptista Mello, para a 3.ª companhia. Luiz Xavier Torres, para a 4.ª companhia.

O Tenente-ajudante do dito—Antonio Carlos da Silva Jatthy.

CAPELLA IMPERIAL.

Conego honorario

O Vigario da cathedral do Maranhão—Domingos da Rocha Vianna.

Cathedral do Maranhão

Arcediago—O coneigo prebendado Antonio Lobato d'Araujo.

(Do Progresso.)

A REVISTA.

A Camarilha.

—A camarilha que blazona em seus jornais, que não precisa do governo para vencer, embala constantemente aos seus adeptos com a promessa da vinda de um presidente de seu partido para fazer aqui as eleições, e os ia de dia em dia adormecendo nessa lisonjeira esperança. Sucedendo-se entretanto os vapores, e nada de realizar-se a prometida mudança; fecha-se por fim a assembleia geral, circunstância para que appellava em último transe, chega a pouco o vapor Imperatriz, e o Sr. Franco é conservado; o mesmo Sr. José Paço que é o primeiro candidato camarialheiro, deixa-se ficar na corte, e abandona o campo a seus adversários, como homem que se acha de todo desacorrido. Desapontada por este lado, de que invento lançará mão a facção para alentear no seu desanimo os poucos que a seguem?

Os coripheus camarialheiros, ou verdadeiramente illudidos, ou simplesmente para illudir, ainda forão a bordo do Imperatriz que entrava no porto todo embandeirado, mas em vez de encontrarem o esperado presidente para o Maranhão, derao cara a cara, quando menos o esperavam, com o Exm. Sr. Herculano Ferreira Penna, presidente do Pará, e tão corridos ficarão do *qui pro quo* que os constituiua a fabula do povo, que não vierão saltar a rampa donde tinham partido os gallofieiros, mas forão murchos e cabibalhos fazel-o ali para as partes das Mercês, em lugar retirado e ermo.

Nas cartas que escrevão para o interior não cessavam de prometer um novo presidente que não tardaria a chegar; ora era o Sr. Odorico que se acha fora do império; ora o Sr. Mariam; ora o Sr. Angelo Moniz; ora outro. Mas para se avistar o descredito da camarilha na corte basta ver a nenhuma atenção que merecerão as intrigas e discursos dos deputados José Thomaz e José Paço, e o grande desalento que mostra o ultimo nas correspondências que estampa actualmente no Jornal do Commercio. O Observador que não é suspeito, tira-nos toda e qualquer dúvida que ainda podesse haver a tal respeito, dizendo em seu n.º 11, que a posição camarialheira nada tem a esperar do ministerio com quem não deve contar, e que no triste abandono em que se acha deve ella fazer publica a liga que com elle Observador celebrara secretamente.

Nos jornais a linguagem que se emprega, é outra: clama-se a todo o transe contra a opressão e despotismo, e prega-se resistência e mais resistência. Entre tanto é certo que nunca houve oposição que gossasse de mais liberdade, pois no passo que isto diz, faz as suas reuniões ou meetings, e publica quanto lhe vem à mente contra o governo, sem que por parte destes lhe seja posto estorvo algum. Ainda não foi dissolvida uma só dessas reuniões, nem foi ainda feita a menor perseguição à imprensa oposicionista, apesar dos excessos com que se tem manchado os seus directores e órgãos. Assim estes escritos e publicações da camarilha em contradicção permanente com os factos. Fugo de provar contra, pronto em si-

vor da administração do Sr. Franco de Sá que marcha pelas vias legaes, e sabe respeitar as liberdades publicas. E para fazer isto mais palpável, perguntaremos simplesmente ao Sr. Cândido Mendes, si publicava a Oppinião Maranhense e o Piçapau no tempo do Sr. Venâncio José Lisboa, com a mesma segurança e garantias com que publica hoje o seu Observador? Responda o Sr. Cândido Mendes com a verdade de todos sabida, e a sua resposta será a refutação de seus escritos.

Quanto à resistência para que constantemente se apella, a acreditarmos nos órgãos da camarilha, parece que será alguma causa parecida com essas barricadas de S. João. O Observador n.º 14 até traz um trecho muito insolente e anárquico, envolvendo ameaças mui positivas. O dia 7 de Novembro é por elle apelidado *dies irac.* A não tomarmos essas ameaças como simples bravatas, attento o carácter do individuo que as faz, responder-lhe-íamos uma vez por todas deixe-se a oposição de apellar para planos tresloucados e criminosos; dirija-se ás assembleias parochiaes convencida de que vai exercer um direito, e nada mais, que ninguém lhe tollherá o exercício delle; mas si tentar empregar a violencia para tollher aos adversários o exercicio do mesmo direito que para si reclama, conte que ha-de ser repeliida, porque a maioria não se ha de deixar supplantar pela minoria.

Não estamos hoje no tempo em que meia duzia de valentões expellião das assembleias parochiaes os cidadãos pacíficos, temos governo respeitador dos direitos do cidadão, da liberdade da imprensa, da liberdade das eleições. A questão que se ventila é de votos, e quem tirer a maioria vencerá. A liga que conta imensa maioria, não precisa empregar violências para vencer, nem será a primeira a empregal-as. Seja pois, acrescentamos com as ultimas palavras do Observador, a oposição circunspecta, amiga da ordem, e do voto livre, que igual disposição encontrará nos ligueiros.

Assim é que a camarilha fraca pelo numero de adeptos, fraca pela intelligencia de seus órgãos e directores, e fraquezima pelas sympatias que desperta, apella em todos os casos para os recursos desesperados, collocando-se fóra da órbita das oposições constitucionaes. Assim a vimos proceder na assembleia provincial, assim a vemos proceder nas reuniões populares, assim a vemos proceder na imprensa, assim pela ventura a vemos proceder nas eleições, e sempre com maus resultados, porque a irritação não é força, nem a demência conselho. O resultado de tantas extravagâncias tem sido o descredito sempre crescente, como o provará em ultima analise a decisão das urnas eleitoraes, infligindo-lhe a merecida reprovação. Próximo está o dia 7 de Novembro, e veremos si a derrota dessa mesquinha facção em toda a província não vem confirmar o nosso juizo.

Em todos os partidos ha directores ou chefes mais ou menos intelligentes, mais ou menos circunspectos, neste parece que todos se achão possuidos do frenesi da demência, e leem pola mesma cartilha, aqui, no Itapucurá, em Viana, &c. O Sr. Maciel da Costa que foi um dos campões das barricadas de S. João, ali vai por esse Itapucurá a cima processando a torto e direito, e fazendo loucuras só dignas delle. Que bello juiz de direito que tem Caxias!

muitos outros tem sido removidos com meios fundamento que este magistrado que é uma especie de maniaco furioso na sua comarca. Eis um dos prototipos dos chefes; e a vista disto não admira que o partido tenha tido tão má direcção, e ocasionado elle proprio a sua derrota.

Consequencias lógicas.

—O Sr. Cândido Mendes quando redigia a Oppinião Maranhense no tempo do Sr. Venâncio José Lisboa, foi demitido do lugar de promotor publico desta capital, viu por vezes cercada de tropa a casa em que tinha a sua typographia, e passou, alon de outros que omitimos, pelo desgosto de ser arrancado de bordo de um vapor onde se tinha mettido sem passaporte: hoje o Sr. Cândido Mendes redige o Observador em que diz contra o Sr. Franco de Sá, tanto ou mais do que dizia na Oppinião contra o Sr. Venâncio, e não tem sofrido o menor encommodo em sua pessoa e folha, e esperamos em Deus que o não sofrerá: a consequencia é facil de tirar: ergo o Sr. Franco de Sá é um *despota*, como o entende o Observador.

—Dizem que o Sr. Cândido Mendes deseja tornar publica e solema a alliance secreta que fizera com a gente do Estandarte para que não apareça intemamente ex-abruto feito candidato da camarilha perante o respeitável a quem se dava por *cabano puro*: não sabemos o credito que deve merecer esta noticia, nem se é exacta a chapa da camarilha publicada pelo Progresso, o que sabemos ao certo é que onde quer que ha eleições perdidas sempre se conta com o Sr. Cândido Mendes, que logo é proposto candidato: a consequencia é facilima de tirar: portanto o Sr. Cândido Mendes sahirá *deputado*.

—A assembleia geral fechou-se a 18 de setembro.

—Por decreto de 10 de Setembro foi condecorado com o habito de Aviz o maior engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes.

AVISOS.

—Precisa-se comprar huma negrinha de 6 a 8 annos de idade: quem a tiver e queira vender, dirija-se a esta typografia.

—Papel d'imensão em grande formato, e de muito boa qualidade: vende-se nesta Typ.

—No armazem de arroz de Ricardo da Costa Nunes, na travessa do Theatro, vende-se muito bom arroz miudo em sacca e as arrobas a 600 e 700 reis.

—No Armazem de Manoel Antonio dos Santos, ao trapiche, ha excellente carne de garajão, para vender.